

## RESENHA DO LIVRO *GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E TERRORISMO*, DE ERIC HOBSBAWN<sup>1</sup>

Pedro Silva Mingotti<sup>2</sup>

Eric Hobsbawm, autor do livro analisado na presente resenha, nasceu em Alexandria, no Egito, em 1917 e morreu em Londres, em 2012. Foi um historiador de orientação marxista que trabalhava nas áreas da história e análise geopolítica contemporânea, revolução industrial, movimentos sociais pré industriais e metodologia. Obteve doutorado pela Universidade de Cambridge e foi professor de história na Universidade de Londres. Também produziu trabalhos sobre o contexto de construção dos Estados-nação, o futuro político e econômico mundial. Foi membro do Partido Comunista Britânico.

Escreveu, dentre outras obras, *Era dos Extremos*, uma análise da história do século XX, sendo amplamente elogiada. Hobsbawm é considerado um dos maiores historiadores do século XX.

O livro é estruturado em 10 capítulos, todos tendo como base conferências e palestras ministradas por Hobsbawm ao longo de 6 anos, entre 2000 a 2006. O cerne das discussões gira, quase sempre e de alguma forma, em torno do sistema internacional de poder do novo século, sobretudo a partir de 2001 no governo de George W. Bush, marcado pela tentativa dos Estados Unidos em consolidar uma hegemonia unilateral sobre o mundo.

No prefácio do livro o autor apresenta aos leitores os principais focos desta coletânea de ensaios.

Hobsbawm foca em cinco questões principais acontecendo em um mundo com dois desenvolvimentos que se interligam. As cinco questões tratadas são: 1) guerra e paz no século XXI, 2) o passado e o futuro dos impérios globais, 3) a natureza cambiante do nacionalismo, 4) o futuro da democracia liberal e 5) a questão da violência política e do terror. Os dois desenvolvimentos tratados pelo autor são 1) o avanço da tecnologia marcando o aumento da capacidade humana em modificar o planeta, e 2) o avanço da globalização.

---

<sup>1</sup> HOBSBAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 182 p.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal Fluminense, no quinto período.

Sobre esta última, o autor tece breves comentários, uma vez que não é o foco dos ensaios. Indica que no âmbito político, a globalização não teve um reflexo significativo. Observa, contudo, três questões importantes. A primeira delas é que os mercados livres que acompanham a globalização acentuaram as desigualdades econômicas dentro e fora dos Estados. Indica, em segundo lugar, que a globalização afeta mais diretamente aqueles que com ela mais se prejudicam, como a grande massa de mão de obra em países em desenvolvimento, passíveis de sofrerem os efeitos negativos do processo. Em terceiro lugar, a globalização afeta mais acentuadamente a cultura e política em geral. Constata-se isso através de fatos como a imigração para países desenvolvidos, que pode gerar uma resistência política que desacelerará o processo de globalização dos mercados livres nas próximas décadas.

O autor prossegue indicando o que será tratado posteriormente em sua obra, com temas como guerra e hegemonia, impérios e imperialismo, nacionalismo, violência pública e terrorismo. Tece, também, críticas à democracia, que, na opinião do autor, é utilizada em discursos vazios. Hobsbawm comenta lucidamente a respeito desta questão, sem perder, no entanto, o compromisso com um governo para o povo.

Formas de imperialismo, como intervenções armadas para preservar direitos humanos e a democracia, são criticadas pelo autor, crítica esta que recai sobretudo contra os Estados Unidos. São, na verdade, seletivas e não eliminam situações intoleráveis no mundo. As intervenções em outros países pautam-se na premissa de que somente uma força externa lograria êxito em promover mudanças no cenário político interno. Como indica o autor, tal premissa não é verdadeira. A menos que haja um cenário interno que propicie seu florescimento, instituições e ideologias não se difundem através de uma súbita imposição à força.

No primeiro capítulo, intitulado *Guerra e paz no século XX*, o autor dá início à discussão apresentando um panorama geral sobre o século passado e seus conflitos internacionais, marcando eras temporalmente delimitadas. A primeira, “era da guerra mundial”, durante os anos de 1914 a 1945, seguido pela “era da confrontação entre as duas superpotências” no período de 1945 a 1989, e finalmente a “era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional”, de 1989 em diante.

Muitas foram as transformações em relação às guerras desde o século passado, como os atuais conceitos nebulosos de combatentes e não combatentes; deslocamento do prejuízo da

guerra, pois nas guerras mundiais do século passado eles eram democratizados entre combatentes e civis e agora é muito mais acentuado sobre os civis; com o advento da globalização, o impacto da guerra é amplificado principalmente devido a necessidade de um fluxo constante de comunicação; e também a confusão entre os conceitos de guerra e paz, que hoje se confundem e são pouco delimitados na prática.

São as heranças do século XX, o século das guerras mundiais. A nebulosidade nos conceitos se acentua nos anos recentes, em que há o emprego do termo guerra de modo inadequado, como em “guerra às drogas”. Isso confunde outros dois conceitos, uma confusão muito atual. Se trata da distinção entre forças armadas e a polícia. Aquelas são forças que se voltam contra forças equivalentes com o intuito de derrotá-las. Polícia, por sua vez, designa o aparato repressor do Estado para fazer com que seu ordenamento jurídico seja cumprido pelos cidadãos. Ou seja, atua com os cidadãos dentro de um Estado- Nação.

No plano internacional, não há uma autoridade efetiva para controlar disputas armadas. Os Estados continuam a ser os únicos com poder real, ignorando instituições internacionais. Não obstante, houve um declínio no poder do Estado territorial, assim como o declínio de sua legitimidade. Enquanto isso, um fortalecimento das entidades privadas aconteceu, tendo em mãos os equipamentos necessários à guerra e os meios para financiá-la.

O autor finaliza indicando que a perspectiva de um século de paz é remota. O fim da URSS possibilitou uma maior frequência de conflitos e intervenções armadas dentro de outros países. Sobre este ponto, ressalta que as intervenções armadas em outros países tem sido insatisfatórias. Na prática, o equilíbrio acontecerá se houver estabilidade interna e capacidade de evitar conflitos. Portanto, o cenário atual é multilateral e o equilíbrio deve ser pautado na concordância entre os Estados soberanos.

No capítulo segundo, intitulado *Guerra, paz e hegemonia no início do século XXI*, Hobsbawm trata, a partir de uma perspectiva histórica, as questões de guerra, paz e hegemonia no começo do século XX, dando, nas páginas iniciais, uma introdução acerca das transformações pelas quais o mundo passa. Aborda as transformações na velocidade das formas de comunicação, a urbanização, a ascensão das hipercidades, o atual predomínio da comunicação escrita em detrimento da oral, e a atual situação das mulheres. Em seguida, Hobsbawm trata de tais questões mais profundamente.

Em relação a comunicação, indica que esta aboliu o tempo e a distância. A diminuição de países agrícolas leva, por consequência, ao surgimento de hipercidades, que implica na suburbanização de áreas periféricas ao centro original e concentração populacional nas cidades.

Hobsbawm também trata, de forma breve, acerca das consequências de uma alfabetização generalizada e da emancipação das mulheres. O desenvolvimento escolar se relaciona com a emancipação das mulheres, uma vez que isso ocorreu mais acentuadamente em países em que estas alcançaram um nível educacional maior.

Depois deste panorama geral das transformações no mundo atual, o autor se volta para os fatores que mais influenciam a guerra, paz e hegemonia no começo do século XXI.

Atualmente não há monarquias tradicionais, mas governos com legitimidade baseada na ideia de representação populacional. Contudo, o poder do Estado, desde a década de 1970, decaiu, havendo uma queda na capacidade dos governos de exercerem um poder real sobre seus territórios. Isso se estende, inclusive, a aceitação de obrigações por parte dos cidadãos em face do Estado. O contexto global em que isso ocorre, por sua vez, é marcado por uma globalização acentuada, que gera “crescimentos desequilibrados e assimétricos”.

Hobsbawm se volta, agora, com maior força, para o ponto específico da guerra, da paz e de uma ordem internacional no século XXI.

Há, atualmente, predominância de um conflito interno com grande impacto sobre a população civil, intensificado por intervenções estrangeiras. Porém, ainda que as guerras entre países do século XX esteja em declínio, ainda há perigo de um conflito de proporções como os do passado. Quanto ao terrorismo, algo atualmente em voga no cenário internacional, indica que não se deve haver uma guerra contra o terrorismo, mas somente aos seus atores políticos que dele se valem. Do contrário, o discurso se resumirá apenas em uma justificação para políticas imperiais, sobretudo dos EUA no governo Bush.

Quanto a ordem internacional, o autor indica que, há, na realidade, uma desordem mundial. A perspectiva de uma ordem global é dificultada por duas grandes razões: a primeira é que o grau de instabilidade aumentou em decorrência da globalização e seus mercados livres. Em segundo lugar, não há mais um sistema plural de grandes potências, em que nenhum prevaleceria de maneira absoluta. Isso acabou com o fim da URSS.

Dá-se início, assim, a conclusão da conferência, tratando do abandono por parte dos EUA de uma hegemonia mundial baseada não na força militar (afinal, EUA e URSS temiam

um suicídio nuclear), mas por sua riqueza e economia forte e desenvolvida. Não apenas isso, a sociedade de consumo dos EUA era vista com bons olhos por elites locais, como na América Latina, gerando alianças, e uma forte propagação de ideologia estadunidense.

Tal hegemonia baseada na “coalizão consensual” deu lugar ao que o autor denomina “política megalomaniaca” dos EUA, a partir do Onze de Setembro, se isolando do resto do mundo e fortalecendo seu poder militar. Contudo, deve haver cautela para que o terrorismo e os direitos humanos não funcionem como meios de legitimação do imperialismo dos EUA, e não há razão para que um evento como o Onze de Setembro gere consequências profundas na política estadunidense. Enquanto isso, Hobsbawm alerta os países para que isolem práticas dos EUA para que, assim, exerçam uma política internacional mais lúcida.

No terceiro capítulo, denominado *Por que a hegemonia dos Estados Unidos difere da do Império Britânico*, Hobsbawm discute as particularidades do império britânico e do atual império americano, além de traçar os quatro desenvolvimentos responsáveis pelas tentativas de reviver o modelo de império mundial.

Como primeiro desenvolvimento, o autor indica a globalização e seu capitalismo marcado por mercados livres e acentuação das desigualdades sociais. Em segundo lugar está a falta de um sistema internacional de poder como era com a URSS, que gerava um certo equilíbrio estável mundial. A crescente incapacidade dos Estados em administrar seus próprios territórios é o terceiro fator que leva a uma recente tentativa de impor um império mundial. Isso é ilustrado por grupos armados como o IRA e o ETA, coexistindo com o poder do Estado. Como quarto e último fator, indica-se um regresso de tragédias humanas, como genocídios. Há uma histeria mundial sobre temas como pandemias e desastres ecológicos, produzindo um medo crescente.

Quanto às particularidades e semelhanças dos impérios britânico e americano, Hobsbawm inicia conceituando *Pax Britannica*, que se refere a um período do século XIX, em que, sob a hegemonia do império britânico, assumiu-se uma paz mundial comandada pelos britânicos, o que, na verdade, não ocorreu, havendo somente uma paz dentro do império. Quanto às semelhanças, os dois impérios também lograram êxito no domínio da economia industrial global, algo único que surgiu destes impérios. Além disso, há de se ressaltar que a influência cultural que ambos exerceram foi intensa, globalizando a língua inglesa. Dito isto, o autor se volta às diferenças entre eles.

Em primeiro lugar, aponta-se que a Grã-Bretanha possuía uma forma de império, fora de seu território, diferente da dos Estados Unidos. Isso deriva do fato que os Estados Unidos possuem uma característica protecionista e de fortalecimento do mercado interno. Fora de sua base territorial, os EUA possuem um sistema de Estados satélites, diferente de uma prática colonial.

Em segundo lugar, os EUA, no caso de empregar uma missão imperial, a fariam com base em uma propagação de sua ideologia, considerando ser a melhor. A Grã-Bretanha, apesar de também assim considerar, não empregaram uma tentativa de converter povos ao modo de viver dos britânicos.

Como terceiro fator, aponta-se o fato de que a liberdade se harmonizava com uma autoridade estatal soberana, ao passo que, nos EUA, a liberdade é contrária ao governo central, já limitado pela separação de poderes. O autor ainda aponta outra diferença, que é a idade. A construção da identidade nacional dos EUA não foi com base no seu passado com os índios ou com o colonizador, mas sob a ideologia revolucionária da república.

Há de se ressaltar outra diferença. A economia britânica era ligada com a do resto do mundo, construindo um mercado mundial de produtos primários. Por outro lado, a economia americana não estava vinculada dessa maneira à economia mundial. Havia um forte protecionismo e dependência com o mercado interno.

Dando fecho ao capítulo, o autor indaga se, no atual processo de declínio da posição global norte americana (sobretudo na economia), os EUA serão como o Império Britânico, que, com consciência de seu declínio, manteve seu poder econômico mas ficou à margem politicamente, ou se os EUA farão uma tentativa de manter a hegemonia com base na força político-militar. Exceto pela consciência das próprias limitações do império britânico, algo que não ocorre com os EUA, as razões supracitadas explicam porque os Estados Unidos não devem se espelhar no Império Britânico para modelo de supremacia mundial.

Com isso, inicia-se o quarto capítulo, intitulado *Sobre o fim dos impérios*, resgatando muito do que já foi discutido pelo autor. Com base em uma palestra, Hobsbawm inicia o capítulo abordando a transformação que significou o fim de muitos impérios, com o fim da Primeira e Segunda Guerra Mundial e o fim da URSS.

A atual era é de desordem global e de um Estado incapaz e enfraquecido. O autor, ao indicar que os impérios se consolidam através da força militar e perduram através da aliança

com os interesses locais e trabalhando a legitimidade do poder, além de explorar a desunião dos adversários, mostra não ser possível a restauração de uma era dos impérios, já que não mais é necessária a “ocidentalização” da tecnologia, o que exclui um pacto com elites locais interessadas, e também o fato de que a globalização internacionalizou a modernização, havendo capital humano ao redor do globo. Finaliza, de forma clara, dizendo que no futuro mundial, a organização do mundo não se dará através de uma era de império, mas por algum outro meio não especificado.

No quinto capítulo, intitulado *As nações e o nacionalismo no novo século*, o autor debate acerca das mudanças do novo século e sobre o surgimento da atual era de instabilidade internacional, datada de 1989 com a queda da União Soviética. Desde então, ampliou-se o número de Estados soberanos reconhecidos e o sistema de poder internacional não mais existiu. Neste contexto, o monopólio da força armada não está mais com o Estado, uma vez que o fim da Guerra Fria proporcionou ao mundo uma grande quantidade de armas que podem ser facilmente adquiridas. Este é o primeiro elemento que afeta o problema das nações e do nacionalismo.

O segundo elemento é a aceleração da globalização, que acentua a migração de população, seja ele temporário ou duradouro. Contudo, graças à tecnologia de comunicações e transportes, os emigrantes mantêm um contato cultural com sua nacionalidade de origem. Concomitantemente, o número de países que aceitam dupla nacionalidade aumentou nas últimas décadas. Portanto, migrar para outro país não implica em uma escolha duradoura. Neste contexto, questiona-se o impacto da nova mobilidade nas nações e no nacionalismo, o impacto da nacionalidade plural na lealdade do cidadão ao Estado, o sentido de “cidadania” em um mundo em que uma boa parcela de seus habitantes estão fora de seu território, assim como questiona-se qual seria o impacto do declínio do poder estatal no controle dos eventos em seu território.

O terceiro elemento que afeta as nações e o nacionalismo é a xenofobia. A identidade cultural coletiva se vê ameaçada diante de um movimento migratório em massa. Isso é ilustrado através do futebol, um negócio global que compreende a globalização, identidade nacional e xenofobia.

Os clubes globais são emblemáticos uma vez que possuem jogadores recrutados em todo o mundo. Isso incompatibilizou interesses empresariais, políticos e econômicos (nacionais

e globalizados) e o sentimento popular. Esses desenvolvimentos, por sua vez, tiveram um efeito triplo. O primeiro efeito é o enfraquecimento de clubes fora do eixo internacional, especialmente aqueles países que exportam jogadores (como o Brasil). O segundo efeito é que surgiu um conflito entre identidade nacional e os interesses dos superclubes, uma vez que estes compartilham jogadores com a seleção nacional, enfraquecendo-a, conflitando, assim, com a identidade nacional, já que esta possui a carga emocional da nação. O terceiro efeito, por sua vez, é o crescimento da xenofobia em um mundo em que superclubes e seleções são formados por jogadores globais.

A xenofobia reflete a crise da identidade nacional formada nos Estados nacionais. Leva a uma valorização de identidades grupais autorreferentes em detrimento de uma identidade nacional, diminuindo a legitimidade do Estado nacional. É por essas razões que hoje as guerras são travadas por exércitos profissionais, por exemplo, pois não se pode confiar mais que os cidadãos se deixem ser recrutados. O Estado nacional, portanto, está em declínio como modelo geral de governo popular.

No sexto capítulo se inicia o debate acerca da democracia, intitulado *As perspectivas da democracia*, abordando a questão da democracia liberal, seus problemas e perspectivas como modelo de Estado atual.

O atual conceito de democracia difere do conceito original. Refere-se hoje à república democrática, constitucional e representativa, que garante o império da lei além de direitos civis e políticos, assembleias representativas, sufrágio universal e eleições. Contudo, é possível existir um Estado não democrático com base no Estado de Direito, assim como as constituições não necessariamente precisam ser democráticas. Neste sentido, Eric Hobsbawm elenca, em seguida, três críticas.

A primeira é que a democracia liberal requer uma entidade política no interior da qual possa ser exercida, normalmente um Estado nacional. A segunda observação faz crítica à alegada superioridade de todos os governos liberais-democráticos. Nem sempre a democracia se encaixa no contexto político de certa região. A terceira e última observação é que, se assim for, se deve defender a democracia com grande cautela.

Observa-se que todos os tipos de governos atuais tem como base o povo. Como argumento central da palestra, Hobsbawm aponta que a globalização e o capitalismo estão afetando esta base dos governos atuais.

Hobsbawm indica, nesse momento, que a política democrática liberal se assenta em dois fatores, um de ordem teórica e outro de ordem prática. O de ordem teórica é que se presume que a maior parte dos cidadãos apoie expressamente o regime, algo duvidoso uma vez que a legitimidade de um governo é questionável em sociedades com declínio gradativo de votantes. O de ordem prática apresenta-se como três presunções, que são: 1) Os governos tem mais poder que qualquer unidade operante no território. 2) Os habitantes aceitam a autoridade. 3) Os governos podem proporcionar serviços à população que de outra forma não seria possível.

Em seguida, Hobsbawm apresenta críticas às três presunções supracitadas: 1) Até os Estados fortes e estáveis perderam o monopólio da força coercitiva, algo facilitado pela fácil acesso a armas. 2) O Estado está perdendo os dois pilares em relação a segunda presunção, que é a lealdade voluntária ao Estado e a disposição de obedecer ao poder estatal. 3) O retorno ao *laissez-faire* por políticos e ideólogos afetam a terceira presunção.

Esta linha argumenta que serviços prestados pelo Estado podem ser mais bem proporcionados pelo mercado, o que aumenta a privatização e a valorização do serviço privado em detrimento do serviço público. Isso indica um substituto para a democracia liberal: a soberania do mercado, que nega a necessidade de decisões políticas. O autor, enfim, indaga se a soberania do consumidor é compatível com o sistema político liberal democrático atual.

Tudo isso indica um enfraquecimento do poder do Estado e de sua integridade territorial, o que necessariamente afeta as perspectivas da democracia. Assim, a relação do cidadão e do Estado atenua-se e torna-se remota. A vontade de participação política, por conseguinte, diminui e o voto perde sua efetividade. Neste cenário, surge dois elementos que efetivamente exercem influencia no processo político democrático, que são: a imprensa moderna e a expressão da opinião pública por ação ou inação direta.

A imprensa moderna potencializou o poder da opinião pública. A ação direta, ligada à política de imprensa, influencia imediatamente os tomadores de decisão, sem níveis intermediários, principalmente em assuntos transnacionais, gerando a necessidade de uma ação rápida e improvisada. A globalização, portanto, gera um conflito de forças que atuam sobre o Estado, sendo um problema para a democracia liberal. O autor indica que o melhor a fazer é manter afastada da publicidade a tomada de decisões. Não obstante, decisões políticas tomadas longe das pessoas aumentam a desconfiança do eleitorado em relação aos políticos.

Hobsbawm trata, assim, do futuro da democracia liberal nesse contexto. Para ele, não há perspectiva de que esta forma de governo irá mudar e os Estados continuarão efetivos como democracias liberais. Dessa forma, conclui que o século XXI será tratado com mecanismos políticos inadequados. Vive-se em uma era na qual a ação humana constitui um impacto considerável no planeta contra os quais os governos liberais democráticos deverão tomar medidas impopulares que afetarão os votos para mitigar esses efeitos no planeta, algo certamente desencorajador.

Inicia-se o capítulo sétimo, intitulado *A disseminação da democracia*. Trata-se de um capítulo breve, em que o autor debate o esforço em perpetuar uma ordem mundial com base na democracia.

A globalização sugere que os assuntos humanos são universais, algo que não leva em conta um mundo altamente complexo. Nesse contexto, há como base a suposição de que a imposição da democracia, principalmente pelos Estados Unidos, terá êxito em todos os lugares, o que não é verdade, pois a imposição não impede as transformações históricas, tampouco promovem mudanças sociais.

A democracia liberal tampouco assegura, necessariamente, a liberdade de imprensa, os direitos do cidadão e um poder judiciário independente. As decisões continuam a serem tomadas por um pequeno grupo de pessoas, tal como seria em um país não democrático (a ver como ocorreu a deflagração da Guerra do Iraque).

No capítulo oito, o autor inicia um debate mais profundo acerca do terrorismo político e a relação entre violência social generalizada e a violência política, com um capítulo intitulado *O terror*.

O aumento da violência faz parte de um processo que se justifica na perda do poder exclusivo da força coercitiva do Estado e da perda de legitimidade que fazia os cidadãos respeitarem as leis vigentes.

A violência política do Estado, somada à vida nos centros urbanos, a cultura da droga, a posse privada de armas, a substituição de valores morais por outros superiores e a exploração da violência pela imprensa aumentam o quadro de violência geral.

O autor aponta três grandes surtos de violência ou contra violência política desde a década de 1960, além das guerras entre países, que são: O *neoblanquismo* (grupos que buscavam objetivos nacionalistas-separatistas através da ação armada, como o ETA); de *cunho*

*étnico e religioso*, como o Hamas, com apoio popular, surgindo o homem bomba e práticas terroristas mais suscetíveis à publicização; *violência política global*, do século XXI, causadas principalmente por políticas adotadas pelos EUA e movimentos terroristas transnacionais. Estes não representam um perigo real para países estáveis, sendo usado como forma de legitimar o emprego de um poder global dos EUA. Trata-se de um assunto de natureza policial, e não militar.

No entanto deve-se observar que há uma crise global expressada nas transformações da violência política. Trata-se de uma crise dos sistemas tradicionais, de hegemonia e de legitimidade do Ocidente, acentuados por fracassos na descolonização de regiões do mundo e do fim do sistema político internacional, com o fim da URSS.

O capítulo nono, intitulado *A ordem pública em uma era de violência*, tem como base uma conferência a respeito da atual acentuação da violência, abordando, dentre outros aspectos, como os governos podem proteger seus cidadãos em tal cenário.

A atual violência é endêmica, tornada possível devido a maior disponibilidade de armas, consequência da Guerra Fria e da posterior produção contínua e lucrativa. Nesta era é mais difícil manter a ordem pública. A força policial no mundo também aumentou, qualitativamente e quantitativamente. Neste contexto, dois fatos ocorrem. O primeiro é que o mundo acostumou-se com a violência e deseducação, ao passo que regras tradicionais de convivência enfraqueceram-se, tanto na sociedade quanto na família. O segundo fenômeno é a crise do Estado nacional, marcado por perdas múltiplas como: perda do monopólio da força armada, da justiça estatal e da lei; perda da lealdade dos cidadãos com o Estado e de sua legitimidade; perda do controle do que ocorre dentro de seus próprios territórios, acentuado pela globalização; e o aumento na mobilidade das pessoas.

Tudo isso forma o que o autor denomina bolsões de ilegalidade, integrados em redes globais, gerando grupos armados no território, inextinguíveis, como o IRA e o ETA. Com isso em mente, Hobsbawm aponta duas questões: “Os problemas de ordem pública podem ser controlados em uma era de violência?” Responde que medidas mais moderadas podem ser mais eficazes, como aconteceu em campos de futebol; “Qual deve ser a proporção entre força e persuasão, ou confiança pública, no controle da ordem pública?” Há uma tendência de se achar que é a força e não o Estado de Direito que mantém a ordem pública, levando à militarização da polícia.

Ainda sobre esse último ponto o autor apresenta dois aspectos da polícia. A primeira é o ceticismo que permeia os policiais em relação às ações políticas, o que leva à corrupção. Como segundo aspecto tem-se que a força policial difere da premissa que se deve proteger as pessoas, e não antagonizá-las, pois é o que ocorre com grupos de maior vulnerabilidade. Portanto, há a necessidade de um equilíbrio entre força, confiança e inteligência.

No entanto, hoje o mundo está inserido em uma retórica, principalmente difundida pelos EUA, da guerra ao terror. Isso implica na perda do equilíbrio entre governo e a força pública, assim como na perda do sentido, uma vez que o objetivo dos atos terroristas é justamente a publicidade que está sendo dada a eles. O maior problema do terrorismo hoje está no medo propagado pela imprensa e governo. Como lembra Hobsbawm, não se deve manter a ordem pública através de soldados, tampouco a força policial pode se confundir ao Exército.

No décimo e último capítulo, intitulado *O império se expande cada vez mais*, o autor levanta as últimas considerações acerca do contexto político internacional e da hegemonia estadunidense.

Para tratar sobre o império dos EUA, o autor retoma a comparação com o império britânico e as diferenças entre eles. A primeira é que os EUA operam com países satélites, diferentes das colônias do império britânico. Quanto à estrutura interna e sua ideologia, os EUA tem como gênese uma revolução universalista, crendo que o mundo deveria segui-los. Já o império britânico, embora atuassem em grande parte do globo, não visavam o poder global. O autor frisa esta questão em vários pontos do livro, dizendo que o império britânico sempre teve consciência de suas limitações. Em relação ao comércio, a Grã-Bretanha foi um grande exportador de manufaturas e grande importador de matérias-primas. Os EUA, por outro lado, tiveram como base o protecionismo e o mercado interno.

Considera também a limitação da superioridade tecnológica e econômica dos Estados Unidos e, apesar dos êxitos militares em locais como o Iraque, o fato de não possuírem aliados ou apoio popular e a disseminação forçada da democracia faz o projeto de reformulação do Oriente Médio algo fracassado e sem sentido. São guerras em que o objetivo é afirmar sua superioridade militar sobre qualquer país. Porém, a tentativa de dominação mundial através de meios militares invoca problemas. No campo internacional, apresenta-se como perigo da desestabilização do mundo e enfraquece arranjos alternativos de manter a ordem.

O autor indaga então de que maneira o mundo pode conter os EUA, uma vez que a extinção de governos ruins não pode servir como justificação para a criação de um poder militar global e um imperialismo dos direitos humanos.

Portanto, pode-se dizer que o império americano, como todos os outros, será um fenômeno temporário. Uma das razões (internas) é que os americanos não anseiam por um domínio global, mas por melhoras na fragilizada economia americana. Além disso, a crise da economia capitalista mundial desde 1998 impossibilitará projetos internacionais ambiciosos concomitantes a problemas internos naquele país.

A questão que Hobsbawm deixa é como os outros países reagirão. O autor indica que, na ausência da URSS, que impunha limitações, além do medo, o melhor a fazer é indicar que há limites para o poderio americano.